



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.247.083/0001-19 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/04/2022
NOME EMPRESARIAL BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTISTRATEGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.70-1-01 - Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 222-4 - Clube/Fundo de Investimento		
LOGRADOURO R IGUATEMI	NÚMERO 151	COMPLEMENTO ANDAR 19
CEP 01.451-011	BAIRRO/DISTRITO ITAIM BIBI	MUNICÍPIO SAO PAULO
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO JURIDICO.FIP@BRLTRUST.COM.BR	TELEFONE (11) 3133-0350	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/04/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/05/2022 às 11:17:26 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

201

Concessão de direito real de uso de áreas públicas e de encargos decorrentes, com opção de transferência de propriedade, no projeto público de Irrigação Baixo de Irecê - etapas 3 a 9, localizado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia.

- b) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que esteja dentro do prazo de validade nele atestado

**DECLARAÇÃO DE INAPLICABILIDADE DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE O FUNDO
DE GARANTIA DO TEMPO E SERVIÇO**

À

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)
SGAN, Quadra 601, Conjunto I - Ed. Dep. Manoel Novaes
Brasília-DF - CEP: 70.830-901

Ref.: Edital de Concessão nº 30/2021

Prezado Senhor,

Em atendimento ao EDITAL em referência, **BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR**, fundo de investimento em participações, devidamente inscrito no CNPJ/ME sob o nº 46.247.083/0001-19, por seu representante abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, para fins do item "B", da Tabela VI, do Anexo 5 do Edital, que a certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não é aplicável para o fundo, uma vez que o mesmo não possui personalidade jurídica própria em razão de sua natureza de condomínio especial.

São Paulo, 24 de maio de 2022

**BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA
INVESTIMENTO NO EXTERIOR**

Augusto Kiyoshi Nishi
Representante Credenciado
RG: 11.687.841 / CPF: 126.348.778-54

203

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7A04-5C4E-3AD0-2268> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7A04-5C4E-3AD0-2268



Hash do Documento

11BD2578760D27574C0712E93132E4293E6C726C0E799418D8E9D1C29531D572

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/05/2022 é(são) :

☒ Augusto Kiyoshi Nishi - 126.348.778-54 em 24/05/2022 18:22

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Concessão de direito real de uso de áreas públicas e de encargos decorrentes, com opção de transferência de propriedade, no projeto público de Irrigação Baixo de Irecê - etapas 3 a 9, localizado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia.

- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTISTRATEGIA
INVESTIMENTO NO EXTERIOR
CNPJ: 46.247.083/0001-19**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:34:01 do dia 16/05/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/11/2022.

Código de controle da certidão: **9298.FE4C.15CA.1A1D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Concessão de direito real de uso de áreas públicas e de encargos decorrentes, com opção de transferência de propriedade, no projeto público de Irrigação Baixo de Irecê - etapas 3 a 9, localizado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia.

- d) Prova de regularidade fiscal perante as fazendas estadual e municipal (esta referente aos tributos mobiliários e imobiliários) todas do domicílio ou sede da Licitante, datada de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à Data para Entrega dos Invólucros

**DECLARAÇÃO DE INAPLICABILIDADE DE INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE CONTRIBUINTE
ESTADUAL E MUNICIPAL**

À

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)
SGAN, Quadra 601, Conjunto I - Ed. Dep. Manoel Novaes
Brasília-DF - CEP: 70.830-901

Ref.: Edital de Concessão nº 30/2021

Prezado Senhor,

Em atendimento ao EDITAL em referência, **BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR**, fundo de investimento em participações, devidamente inscrito no CNPJ/ME sob o nº 46.247.083/0001-19, por seu representante abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, para fins do item "D", da Tabela VI, do Anexo 5 do Edital, que não exerce atividades que lhe sujeitem à inscrição nos cadastros de contribuinte estadual e municipal referentes à sua sede.

São Paulo, 24 de maio de 2022

**BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA
INVESTIMENTO NO EXTERIOR**

Augusto Kiyoshi Nishi
Representante Credenciado
RG: 11.687.841 / CPF: 126.348.778-54

208



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/14B2-EE4E-F00D-1D7B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 14B2-EE4E-F00D-1D7B



Hash do Documento

605A523F31AB93B0B5937FC591C79DBE38A099A27D73FDFA38A83E5AA6BDA576

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/05/2022 é(são) :

☒ Augusto Kiyoshi Nishi - 126.348.778-54 em 24/05/2022 18:22

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Concessão de direito real de uso de áreas públicas e de encargos decorrentes, com opção de transferência de propriedade, no projeto público de Irrigação Baixo de Irecê - etapas 3 a 9, localizado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas conforme disposto na Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES
MULTIESTRATEGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 46.247.083/0001-19
Certidão nº: 15621340/2022
Expedição: 16/05/2022, às 14:04:56
Validade: 12/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTIESTRATEGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.247.083/0001-19, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

211



CERTIDÃO DE AÇÃO TRABALHISTA EM TRAMITAÇÃO

Dados Pesquisados:

CNPJ: 46.247.083/0001-19

Nome: BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTIESTRATEGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR

Certidão n° 501071 / 2022

CERTIFICA-SE que em pesquisa aos registros eletrônicos armazenados nos Sistemas de Acompanhamento e Informações Processuais do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, até 15/05/2022, **NÃO CONSTA** ação trabalhista em tramitação em face da pessoa natural ou jurídica identificada acima, de acordo com os dados fornecidos pelo solicitante.

IMPORTANTE

- a. A validade da presente certidão está condicionada à conferência do nome e do CPF/CNPJ indicado, bem como à verificação de sua autenticidade pelo recebedor em <https://www.trtsp.jus.br/valida-certidao> em até 90 (noventa) dias após a sua expedição;
- b. A informação do n° do CPF/CNPJ e do nome indicado acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão;
- c. Estão compreendidos nesta certidão, no caso de pessoa jurídica, todos os seus estabelecimentos, agência ou filiais vinculados à raiz do CNPJ;
- d. Certidão emitida gratuitamente.

212

Concessão de direito real de uso de áreas públicas e de encargos decorrentes, com opção de transferência de propriedade, no projeto público de Irrigação Baixo de Irecê - etapas 3 a 9, localizado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia.

5.0. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Declaração de Visita à área objeto do presente Edital, conforme Anexo 16 deste Edital, a ser emitida pela própria Licitante, afirmando que realizou visita ao projeto de irrigação do Baixio de Irecê e que tem pleno conhecimento das condições locais onde se encontra a área objeto desta licitação, para evitar reclamações futuras, uma vez que quaisquer dificuldades existentes com relação à implantação do projeto e à exploração, serão de sua inteira responsabilidade e risco

DECLARAÇÃO DE VISITA

Eu, Luís Vital de Sousa Ramos Vettorazzo, CPF n° 102.278.678-40, em nome da BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR, devidamente inscrito no CNPJ/ME sob o n° 46.247.083/0001-19, declaro que no dia 29/03/2022 visitei o Projeto Público de Irrigação Baixo de Irecê, localizado no Município de Xique-Xique/BA, e tenho pleno conhecimento das condições locais onde se encontra a área objeto desta licitação.

Assino a presente declaração para fins constantes do Procedimento Licitatório n° 30/2021.

São Paulo, 23 de maio de 2022.

Luis Vital de Sousa Ramos Vettorazzo
CPF n° 102.278.678-40

215

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2409-45F8-92A0-E2EF> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2409-45F8-92A0-E2EF



Hash do Documento

24D5A2E2F5A3C27653D7A2B3F67277C3E7D76FFD2581D00C19343DE18CDB1FBF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/05/2022 é(são) :

☒ Luis Vital de Sousa Ramos Vettorazzo (Signatário) - 102.278.678-40 em 23/05/2022 19:36 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



DECLARAÇÃO DE VISITA

Eu, **José Carlos Botelho De Moraes Toledo**, CPF n° 053.879.938-21, em nome da **BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR**, devidamente inscrito no CNPJ/ME sob o n° 46.247.083/0001-19, declaro que no dia 29/03/2022 visitei o Projeto Público de Irrigação Baixo de Irecê, localizado no Município de Xique-Xique/BA, e tenho pleno conhecimento das condições locais onde se encontra a área objeto desta licitação.

Assino a presente declaração para fins constantes do Procedimento Licitatório n° 30/2021.

São Paulo, 23 de maio de 2022.

Jose Carlos Botelho De Moraes Toledo
CPF n° 053.879.938-21

217

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/40B7-F626-88C0-577A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 40B7-F626-88C0-577A



Hash do Documento

CDB727C67C6321825AD3A5CF457C032A9B5E099CB77F16ED8BF40D74AB2A7FB7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/05/2022 é(são) :

☒ José Carlos Botelho de Moraes Toledo (Signatário) - 053.879.938-

21 em 23/05/2022 16:36 UTC-03:00

Nome no certificado: Jose Carlos Botelho De Moraes Toledo

Tipo: Certificado Digital



Concessão de direito real de uso de áreas públicas e de encargos decorrentes, com opção de transferência de propriedade, no projeto público de Irrigação Baixo de Irecê - etapas 3 a 9, localizado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia.

- b) Declaração, emitida pela própria Licitante, de não ser irrigante impedido, conforme modelo constante do Anexo 15 deste Edital



DECLARAÇÃO DE NÃO SER IRRIGANTE IMPEDIDO

BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR, fundo de investimento em participações, devidamente inscrito no CNPJ/ME sob o nº 46.247.083/0001-19, por seu representante abaixo assinado, declara-se, sob as penas da lei, não ser **irrigante impedida**, ou seja, não ter sido excluída de Projeto Público de Irrigação implantado pela CODEVASF, por inadimplência ou ter tido unidade parcelar adquirida junto à CODEVASF, ou junto a terceiros, com anuência da CODEVASF, retomada ou devolvida há menos de 5 (cinco) anos, conforme instrução inserida no Procedimento Licitatório nº 30/2021.

São Paulo, 24 de maio de 2022.

**BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA
INVESTIMENTO NO EXTERIOR**

Augusto Kiyoshi Nishi
Representante Credenciado
RG: 11.687.841 / CPF: 126.348.778-54

220

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DEF9-6544-6ACE-2AEC> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DEF9-6544-6ACE-2AEC



Hash do Documento

009F28E8606FA662638B0CB0812F30C87BD83B74A5A4F18BBAB074DEBF16F11D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/05/2022 é(são) :

☒ Augusto Kiyoshi Nishi - 126.348.778-54 em 24/05/2022 18:25

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Concessão de direito real de uso de áreas públicas e de encargos decorrentes, com opção de transferência de propriedade, no projeto público de Irrigação Baixo de Irecê - etapas 3 a 9, localizado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia.

6.0. OUTROS DOCUMENTOS



Concessão de direito real de uso de áreas públicas e de encargos decorrentes, com opção de transferência de propriedade, no projeto público de Irrigação Baixo de Irecê - etapas 3 a 9, localizado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia.

- a) Declaração de compromisso de cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo 7 do Edital

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE AO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL**

São Paulo, 24 de maio de 2022.

À

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)
SGAN, Quadra 601, Conjunto I - Ed. Dep. Manoel Novaes
Brasília-DF - CEP: 70.830-901

**Ref.: Edital de Concessão nº 30/2021 - Declaração de Regularidade ao Artigo 7º,
XXXIII, da Constituição Federal**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao subitem 14.1 do Edital em referência, BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR, fundo de investimento em participações, devidamente inscrito no CNPJ/ME sob o nº 46.247.083/0001-19, por seu representante abaixo assinado, declara, sob as penas da legislação aplicável, por si, por seus sucessores e cessionários, que se encontra em situação regular perante o Ministério da Economia, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

**BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA
INVESTIMENTO NO EXTERIOR**

Augusto Kiyoshi Nishi
Representante Credenciado
RG: 11.687.841 / CPF: 126.348.778-54

224



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7453-24E8-E586-9F64> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7453-24E8-E586-9F64



Hash do Documento

AF248E5A3C8BD80AC511BC73B88D8B1316E8EBD750D2A9B4CB00F654446B9B96

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/05/2022 é(são) :

☒ Augusto Kiyoshi Nishi - 126.348.778-54 em 24/05/2022 18:24

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



- b) Declaração de que a Licitante não se encontra em processo de (i) falência, (ii) autofalência, (iii) recuperação judicial ou extrajudicial, (iv) liquidação judicial ou extrajudicial, (v) insolvência, (vi) administração especial temporária ou (vii) intervenção, conforme modelo constante do Anexo 8 do Edital

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PROCESSO FALIMENTAR, CONCORDATA,
RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL OU REGIME DE INSOLVÊNCIA**

São Paulo, 24 de maio de 2022.

À

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)
SGAN, Quadra 601, Conjunto I - Ed. Dep. Manoel Novaes
Brasília-DF - CEP: 70.830-901

**Ref.: Edital de Concessão nº 30/2021 - Declaração de Inexistência de Processo
Falimentar**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao subitem 14.1 do Edital em referência, **BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR**, fundo de investimento em participações, devidamente inscrito no CNPJ/ME sob o nº 46.247.083/0001-19, por seu representante abaixo assinado, declara, sob as penas da legislação aplicável, por si, por seus sucessores e cessionários, que não se encontra em processo de falência, autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, insolvência, administração especial temporária ou sob intervenção do órgão fiscalizador competente.

**BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA
INVESTIMENTO NO EXTERIOR**

Augusto Kiyoshi Nishi
Representante Credenciado
RG: 11.687.841 / CPF: 126.348.778-54

227

Este documento foi assinado digitalmente por Augusto Kiyoshi Nishi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CF1B-E16C-04E5-8DE6.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CF1B-E16C-04E5-8DE6> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CF1B-E16C-04E5-8DE6



Hash do Documento

93E6EA323F5DA354CE3677A0A9AF0FFEBB0D6B7B3032DABD88A8EFC5A41C38BC

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/05/2022 é(são) :

☒ Augusto Kiyoshi Nishi - 126.348.778-54 em 24/05/2022 18:23
UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Concessão de direito real de uso de áreas públicas e de encargos decorrentes, com opção de transferência de propriedade, no projeto público de Irrigação Baixo de Irecê - etapas 3 a 9, localizado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia.

- c) Minuta do estatuto social da SPE que deverá conter disposições que não sejam contrárias a este Edital e à Minuta do Contrato e seus Anexos respectivos

ESTATUTO SOCIAL DA SPE [-] S.A

Em constituição

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º - A SPE [-] S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede social no município de [=], Estado de [=], na [=], CEP [=], podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social a (a) participação e administração de investimentos, na qualidade de holding de instituições não financeiras, em outras sociedades e/ou empreendimentos de qualquer natureza na qualidade de sócia ou acionista; e (b) execução dos serviços de [=], [nos termos do Edital de Licitação nº 30/2021, publicado pela Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba para a Concessão de Direito Real de Uso de Áreas Públicas e de Encargos Decorrentes, com Opção de Transferência de Propriedade, no Projeto Público de Irrigação Baixo do Irecê - Etapas 3 a 9, localizado no Município de Xique-Xique, estado da Bahia.]

Artigo 4º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 1.000,00 (um mil reais)], totalmente subscrito e integralizado, dividido em [=] ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 (um) voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleias Gerais").

Parágrafo 2º - As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes.

Parágrafo 3º - Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares.

Parágrafo 4º - Mediante aprovação da Assembleia Geral e observado o disposto na Lei das S.A., a Companhia poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas, conforme vier a ser decidido pela Assembleia Geral.

Parágrafo 5º - A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia deverão observar o que dispuser os acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tais acordos de acionistas.

Artigo 7º - Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de suas participações acionárias, subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia.

Artigo 8º - A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 2% (dois por cento) do valor devido.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Artigo 9º - Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada nos 4 (quatro) primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 10 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por qualquer acionista, nos casos admitidos na Lei das S.A., com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência, em primeira convocação, e 5 (cinco) dias de antecedência, em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei das S.A., será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Parágrafo 1º - As Assembleias Gerais, ainda que realizadas virtualmente, serão consideradas instaladas na sede social da Companhia, com o quórum estabelecido na Lei das S.A. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer membro do Conselho de Administração escolhido pela maioria dos acionistas presentes. O presidente da Assembleia Geral nomeará um dos presentes, que não precisará ser um acionista, para secretariar os trabalhos.

Parágrafo 2º - Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido

expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas estiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria.

Parágrafo 3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, parágrafo 1º da Lei das S.A. Ademais, qualquer acionista poderá ter um, ou mais, representantes participando remotamente de uma Assembleia Geral por teleconferência ou videoconferência ou outro meio de comunicação, desde que todos possam ser identificados, ouvir e ser ouvidos, cabendo à Companhia organizar o sistema necessário para permitir tal participação remota.

Parágrafo 4º - Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A.

Parágrafo 5º - O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Parágrafo 6º - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

Artigo 11 - Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A.

Artigo 12 - O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tais acordos de acionistas.

CAPÍTULO IV ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 13 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á mediante assinatura de termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente.

SEÇÃO II CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 14 - O Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração terá um Presidente eleito pela Assembleia Geral. O Presidente terá, além do próprio voto, o voto de desempate.

Parágrafo 2º - Em caso de renúncia, vacância de cargo, ausência ou impedimento temporário ou definitivo de qualquer membro do Conselho de Administração, a Assembleia Geral deverá nomear substituto para o período restante até o final do mandato do conselheiro substituído.

Artigo 15 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, nos primeiros 30 (trinta) dias após o final de cada trimestre, de acordo com calendário a ser aprovado pelo próprio Conselho de Administração, independentemente de qualquer convocação, ou, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante a respectiva convocação.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração aprovará o calendário de suas reuniões anualmente, na primeira reunião de cada ano calendário.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou, na sua ausência, por seu substituto ou por qualquer dos membros do Conselho de Administração, observado o parágrafo 3º abaixo, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, em primeira convocação e, em segunda convocação, com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência. A notificação de convocação conterá informações sobre o local, data, horário e ordem do dia da reunião e será enviada com todos os documentos relativos às matérias que serão objeto de deliberação.

Parágrafo 3º - Caso algum conselheiro solicite ao Presidente do Conselho de Administração a convocação de reunião extraordinária, especificando as questões a serem discutidas e o Presidente deixe de fazê-lo dentro de 5 (cinco) dias contados da data da apresentação da solicitação, a reunião poderá então ser convocada por qualquer membro do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por teleconferência, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação, desde que todos possam ser identificados, ouvir e ser ouvidos, e serão considerados presentes à reunião. Os conselheiros que comparecerem à reunião remotamente confirmarão seu voto por escrito, por correspondência eletrônica (*e-mail*), enviada ao presidente ou ao secretário da reunião, com cópia para os demais membros do Conselho de Administração, até o final do dia útil seguinte à data da reunião.

Parágrafo 5º - Os conselheiros terão permissão para enviar os seus votos por escrito ou poderão outorgar procuração para outro conselheiro para que este vote em seu lugar, contanto que a

procuração contenha a instrução de voto do conselheiro outorgante da procuração.

Parágrafo 6º - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas, em primeira convocação, com a maioria de seus membros presentes ou representados, e, em segunda convocação, com qualquer número de conselheiros eleitos presentes ou representados.

Parágrafo 7º - O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração e deverá nomear um dos presentes (o qual não precisará ser conselheiro) para atuar como secretário. A maioria dos membros do Conselho de Administração presentes decidirá quem presidirá a reunião, caso o Presidente do Conselho de Administração esteja ausente, e o substituto deverá indicar entre os presentes aquele que atuará como secretário da reunião.

Parágrafo 8º - Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes ou representados, devendo ser arquivadas nas Juntas Comerciais competentes aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 9º - É vedada a deliberação, pelo Conselho de Administração, de assunto que não tenha sido incluído na notificação de convocação, ressalvado o caso em que todos os membros do Conselho de Administração compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.

Parágrafo 10 - Os membros do Conselho de Administração poderão consentir em dispensar a reunião e decidir por escrito as matérias que dela seriam objeto, caso considerem que tais matérias já foram suficientemente debatidas por qualquer outro meio e contanto que todos os conselheiros celebrem documento por escrito formalizando tal consentimento.

Artigo 16 - Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das S.A. e o que dispuser os acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto afirmativo da maioria dos membros eleitos.

Parágrafo Único - O Presidente da reunião do Conselho de Administração deverá observar e fazer cumprir as disposições de quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tais acordos de acionistas.

Artigo 17 - O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições. Os membros de tais comitês deverão ter experiência nas áreas de competência dos seus respectivos comitês e terão sua eventual remuneração fixada pelo Conselho de Administração.

Artigo 18 - Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas na legislação aplicável ou neste Estatuto Social:

(i) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) eleger e destituir os diretores da Companhia e especificar suas atribuições específicas;

(iii) fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos, acordos e quaisquer outros instrumentos celebrados ou em vias de celebração;

(iv) manifestar-se sobre as demonstrações financeiras, o relatório da administração e as contas da diretoria, bem como sobre propostas para a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos;

(v) aprovar as revisões, alterações ou atualizações do Plano de Negócios;

(vi) aprovar o Orçamento Anual e suas revisões ou alterações;

(vii) aprovar quaisquer despesas operacionais que excedam a 10% (dez por cento) do valor das despesas previstas no Orçamento Anual aprovado;

(viii) aprovar qualquer investimento ou CAPEX em valor igual ou superior ao valor previsto como investimento ou CAPEX para crescimento contingente no Orçamento Anual em mais do que R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o valor correspondente a 10% (dez por cento) da receita líquida da Companhia no exercício social anterior (conforme demonstrações financeiras da Companhia do respectivo exercício social), o que for maior, salvo se especificamente previsto no Orçamento Anual aprovado;

(ix) aprovar a contratação, pela Companhia, de quaisquer instrumentos de dívida ou contratação de qualquer financiamento ou empréstimo de qualquer tipo em valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões reais), salvo se especificamente previsto no Orçamento Anual aprovado;

(x) aprovar a contratação, pela Companhia, de quaisquer instrumentos de dívida ou contratação de qualquer financiamento ou empréstimo de qualquer tipo que represente um aumento no endividamento da Companhia em mais do que 10% (dez por cento) do endividamento total da Companhia para o ano em curso, conforme previsto no Plano de Negócios;

(xi) aprovar a celebração ou rescisão de qualquer contrato ou assunção de qualquer obrigação cujo valor exceda a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou que tenha prazo de duração superior a 1 (um) ano, salvo se especificamente previsto no Orçamento Anual aprovado;

(xii) aprovar a celebração ou rescisão de contratos ou a assunção de obrigações entre, de um lado, a Companhia e, de outro lado, qualquer Parte Relacionada da Companhia, que excedam no agregado a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) por exercício social;

(xiii) aprovar qualquer licenciamento, aquisição, alienação, cessão ou transferência, por qualquer meio, de qualquer marca, patente, direito autoral, know-how ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível;

(xiv) aprovar a alienação de bens do ativo permanente, incluídas as áreas objeto do Contrato de Concessão, cujo valor seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais) por operação de alienação, observado que operações de alienação celebradas com um mesmo comprador ou sociedades do mesmo grupo do comprador serão consideradas uma operação única de alienação;

(xv) aprovar a alienação de áreas objeto do Contrato de Concessão em extensão que ultrapasse 2% (dois por cento) do total das áreas do Contrato de Concessão;

(xvi) aprovar a concessão, pela Companhia, de qualquer garantia, real ou fidejussória, incluindo fianças e avais em operações da própria Companhia, sendo vedada a concessão de quaisquer garantias a terceiros, exceto para eventuais sociedades Controladas pela Companhia;

(xvii) aprovar o pagamento de juros sobre o capital próprio ou a declaração de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como declaração de dividendos intercalares à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes em balanços levantados em períodos menores;

(xviii) aprovar a aquisição, alienação ou oneração de participação em outra sociedade;

(xix) aprovar a definição do voto da Companhia nas assembleias gerais e reuniões da administração de qualquer sociedade na qual a Companhia vier a deter participação;

(xx) aprovar planos de participação ou distribuição de lucros a administradores ou empregados da Companhia;

(xxi) escolher e destituir as empresas de auditoria que atuarão da Companhia;

(xxii) aprovar qualquer alteração nos padrões de contabilidade utilizados pela Companhia, salvo se exigido por lei;

(xxiii) aprovar normas de procedimento ou regimento interno da Companhia;

(xxiv) aprovar a criação, adoção, modificação, término, abandono, perda, cancelamento, suspensão ou renúncia que diga respeito a normas e políticas anticorrupção ou quaisquer das políticas e normas da Companhia relativas a conformidade;

(xxv) aprovar a concessão de quaisquer doações;

(xxvi) aprovar a proposição de qualquer medida judicial ou administrativa, ou celebrar transações ou acordos para prevenir ou pôr fim a litígios, que envolva valores iguais ou superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

(xxvii) aprovar a subconcessão de quaisquer direitos ou obrigações da Companhia sob o objeto da Contrato de Concessão;

(xxviii) aprovar o arrendamento das áreas objeto do Contrato de Concessão;

(xxix) aprovar qualquer pleito visando ao reequilíbrio ou alteração do Contrato de Concessão, bem como os termos finais a serem observados em qualquer hipótese de reequilíbrio ou alteração do Contrato de Concessão;

(xxx) aprovar a transferência de áreas objeto do Contrato de Concessão para os acionistas, incluindo a cessão aos acionistas do direito de exercer a opção de transferência de propriedade de áreas de que trata o Contrato de Concessão ou a indicação dos acionistas para receberem tal propriedade, observado o disposto no Plano de Negócios;

(xxxi) deliberar sobre qualquer matéria submetida pela Diretoria à apreciação do conselho de administração, nos termos do Estatuto Social.

Parágrafo Único - Os valores referidos nesta Cláusula 18 serão atualizados anualmente, em janeiro de cada ano, a partir do exercício social de 2023 com base na variação do IPCA ocorrida no exercício social anterior.

SEÇÃO III DIRETORIA

Artigo 19 - A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 (três) Diretores todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e, o terceiro eventualmente eleito, sem designação específica ou conforme atribuições conferidas por resoluções do conselho de administração, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Compete ao Diretor Presidente (i) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, junto a órgãos governamentais e entidades privadas, em juízo ou fora dele; (ii) a coordenação das áreas jurídicas e de comunicações; e (iii) manter o Conselho de Administração permanentemente informado sobre as atividades da Companhia.

Parágrafo 2º - Compete ao Diretor Executivo (i) a coordenação e a condução dos assuntos internos e organizacionais da Companhia; e (ii) a supervisão das áreas comercial, operacional, planejamento e projetos, obras e investimentos.

Parágrafo 3º - Os Diretores ficam dispensados de prestar caução, como permitido por lei.

Parágrafo 4º - . Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído.

Parágrafo 5º - Os Diretores deverão ser pessoas com reputação ilibada, comprovada experiência prática na sua área de atuação e ausência de conflito de interesse, cujos mandatos devem ter caráter de exclusividade.

Artigo 20 - A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada por qualquer Diretor. As atas deverão ser lavradas em livro próprio.

Parágrafo 1º - As reuniões serão convocadas, por escrito, pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício.

Parágrafo 2º - As resoluções da Diretoria da Companhia serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião.

Artigo 21 - A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observados os limites deste Estatuto Social, competindo-lhe especialmente:

- (i) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social;
- (ii) administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista;
- (iii) administrar e gerir na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia;
- (iv) administrar e gerir na assinatura de correspondências de assuntos rotineiros;
- (v) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais;
- (vi) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social;
- (vii) deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país;

- (viii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, relativa ao exercício seguinte; e
- (ix) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pela lei e por este Estatuto Social.

Artigo 22 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou atos que (i) importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia; (ii) exonerem a Companhia de obrigações para com terceiros; ou (iii) exonerem terceiros de obrigação com a Companhia; incumbirão e serão obrigatoriamente praticados:

- (i) por 2 (dois) Diretores, agindo sempre em conjunto;
- (ii) por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no Parágrafo Único desta Cláusula;
- (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto; ou
- (iv) por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de substabelecimento sem reservas.

Parágrafo Único - As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 (dois) Diretores e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 (um) ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 23 - A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Artigo 24 - O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 25 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável.

Parágrafo Único - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na CVM.

Artigo 26 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma:

- (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e
- (ii) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável.

Artigo 27 - A Companhia poderá:

- (i) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros;
- (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das S.A.; e
- (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

CAPÍTULO VII LIQUIDAÇÃO

Artigo 28 - A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à

Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

CAPÍTULO VIII ARBITRAGEM

Artigo 29 - Qualquer litígio ou controvérsia decorrente de ou relativo a este Estatuto Social (“Disputa”) será submetido à arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, e será dirimido de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá (“Regulamento” e “CCBC”). O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros fluentes nas línguas portuguesa e inglesa, escritas e faladas, **NOMEADOS NA FORMA DO REGULAMENTO**. A arbitragem realizar-se-á na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e será conduzida em caráter confidencial. Os idiomas da arbitragem serão o português e o inglês. A execução do laudo arbitral poderá ser pleiteada a quaisquer tribunais competentes. A sentença arbitral deverá ser proferida em território brasileiro e terá caráter definitivo, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título. Anteriormente à instauração da arbitragem, para fins exclusivamente de qualquer medida coercitiva ou procedimento cautelar, de natureza preventiva, provisória ou permanente, fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. A necessidade de pleitear, perante o juízo competente, qualquer medida cautelar ou preventiva, ou qualquer outro remédio jurídico acima previsto, não é incompatível com a eleição de tribunal arbitral para dirimir eventuais conflitos, nem representa renúncia e/ou submissão à aplicação da cláusula arbitral. Caso este Estatuto Social ou qualquer de seus artigos sejam considerados inválido, ilegal ou inexecutável, por qualquer tribunal, a validade, legalidade ou exequibilidade desta cláusula arbitral não será afetada ou prejudicada. As presentes disposições sobre resoluções de disputa permanecerão em vigor até a conclusão de todas as questões porventura decorrentes deste documento. O tribunal arbitral poderá determinar o reembolso, pela parte sucumbente, de todas as custas e despesas arbitrais pagas antecipadamente pela parte vencedora, inclusive, dentre outras, os honorários advocatícios. As leis aplicáveis brasileiras regerão a presente cláusula arbitral, bem como o mérito a ser apreciado na arbitragem.

Parágrafo 1º - Se duas ou mais controvérsias surgirem em relação a este Estatuto Social e/ou a quaisquer outras relações societárias operações relacionadas à participação conjunta dos acionistas na licitação promovida pela Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, conforme previsto no Edital de Licitação nº 30/2021, a resolução poderá ocorrer por meio de um único procedimento de arbitragem, de acordo com o Regulamento. Após a instituição do Tribunal Arbitral, o tribunal poderá, a pedido das partes, juntar ao procedimento de arbitragem qualquer outro processo de arbitragem pendente envolvendo a resolução de controvérsias, desde que (i) o processo envolva as mesmas partes; (ii) existam questões fáticas e/ou legais em comum no processo; e (iii) a junção em tais circunstâncias não resultar em perdas por atrasos injustificados para resolução das disputas. A autoridade, para determinar o apensamento de processos e para conduzir o processo único, pertencerá ao Presidente da CCBC. A decisão de apensamento será final e vinculante para todas as partes envolvidas nas disputas e processos arbitrais sujeitos à ordem de apensamento.

Parágrafo 2º - Não será permitida a divulgação de qualquer informação obtida pelas partes e quaisquer documentos apresentados na arbitragem que não sejam de domínio público, quaisquer provas e materiais produzidos em arbitragem e quaisquer decisões tomadas em arbitragem, exceto e na medida em que (i) o dever de divulgar tal informação resultar da Lei; (ii) a divulgação dessas informações seja solicitada por uma autoridade governamental ou determinada pelo poder judiciário; (iii) tais informações se tornem públicas por qualquer outro meio não relacionado à

Concessão de direito real de uso de áreas públicas e de encargos decorrentes, com opção de transferência de propriedade, no projeto público de Irrigação Baixo de Irecê - etapas 3 a 9, localizado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia.

sua divulgação pelos acionistas ou suas afiliadas; ou (iv) a divulgação dessas informações seja necessária para que uma parte recorra ao poder judiciário nos casos previstos na Lei nº 9.307/96. Toda e qualquer controvérsia relativa à obrigação de confidencialidade será resolvida pelo Tribunal Arbitral de maneira final e vinculante.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 30 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A.

* * * * *

Advogado: [-]

Concessão de direito real de uso de áreas públicas e de encargos decorrentes, com opção de transferência de propriedade, no projeto público de Irrigação Baixo de Irecê - etapas 3 a 9, localizado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia.

7.0. TERMO DE ENCERRAMENTO

Termo de Encerramento

À


Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)
SGAN, Quadra 601, Conjunto I - Ed. Dep. Manoel Novaes
Brasília-DF - CEP: 70.830-901

Ref.: Edital de Concessão nº 30/2021

Prezados Senhores,

Este Termo encerra a apresentação dos Documentos de Habilitação, possui **244** páginas, numeradas sequencialmente de **001** a **244**.

São Paulo, 25 de maio de 2022.



Augusto Kiyoshi Nishi

BRL T 210 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA
INVESTIMENTO NO EXTERIOR

Augusto Kiyoshi Nishi
Representante Credenciado
RG: 11.687.841 / CPF: 126.348.778-54

